

**Vidas que incomodam:
Marielle Franco e o dispositivo colonial**

*Inconvenient lives:
Marielle Franco and colonial dispositive*

Ivânia dos Santos Neves
Universidade Federal do Pará, Belém, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O assassinato de Marielle Franco, em março de 2018, representou um duro golpe às bases democráticas do Brasil e a repercussão desse crime dividiu a população brasileira. Sua trajetória de vida e suas lutas como ativista em defesa das mulheres negras, das pessoas trans e das populações faveladas na cidade do Rio de Janeiro desafiaram as estruturas do dispositivo colonial. Ela criticou duramente as estruturas do patriarcado e as políticas de segurança pública. O objetivo deste artigo, fundamentado nos estudos do discurso foucaultianos e nas discussões decoloniais, é analisar como Marielle Franco colocou em circulação uma série de enunciados que desafiavam o dispositivo colonial no Brasil. Tomei como principal *corpus* de análise sua dissertação de mestrado, defendida em 2014 e uma entrevista que concedeu ao site Subjetiva em 2017.

Palavras-chave: Biopolítica; Estado racista; Vidas sem valor; Resistência

Abstract: The murder of Marielle Franco, in March 2018, represented a severe blow to Brazilian democracy and the repercussion of this crime divided the Brazilian population. Marielle Franco's life trajectory and her struggles as a militant in defense of black women, Transgender people and populations living in shanty towns in the city of Rio de Janeiro challenged the structures of the colonial device. She strongly criticized patriarchy structures and public security police. This article proposes to analyze, from the studies of Foucault's discourse and decolonial discussions, how Marielle Franco made visible a series of enunciation that contest the colonial dispositive in Brazil. I took as main corpus of analysis her master's dissertation, defended in 2014 and an interview given by her to the Subjetiva website in 2017.

Keywords: Biopolitics; Racist state; Worthless lives; Resistance



1 Primeiras palavras

No dia 30 de setembro de 2018, numa transmissão ao vivo pelo Facebook, os então candidatos e agora deputado federal e deputado estadual pelo Rio de Janeiro, Daniel Silveira (PSL) e Rodrigo Amorim (PSL), durante um comício em Petrópolis, quebraram uma placa em homenagem à Marielle Franco colocada na Praça da Cinelândia na capital do estado. As imagens desse acontecimento circularam intensamente pelas redes sociais dentro do clima de polarização que marcou as eleições de 2018 no Brasil. Para uma parte da população brasileira, mais um ato de violência e ódio contra a memória da vereadora e tudo que ela significava, para outra parte desta mesma população, eles estavam apenas preservando o patrimônio público da cidade e defendendo a democracia.

A realidade desigual da Cidade Maravilhosa talvez seja a principal vitrine do dispositivo colonial no Brasil, ela se inscreve como um nó numa rede de memórias que constantemente atualiza as relações de saber e poder institucionalizadas pela colonização. Espreado pelo Brasil, pelo continente americano e por todos os territórios onde se estabeleceu a colonização europeia, iniciada com as Grandes Navegações no século XVI, o dispositivo colonial (NEVES, 2009, 2015, 2020) agiu efetivamente como um biopoder baseado na segregação dos corpos, sem qualquer pudor de eliminar, quando possível, quem lhe fizesse oposição. E é justamente no rastro desta reação que os regimes democráticos são destituídos e ativistas são assassinados, perseguidos, exilados voluntariamente ou não.

Na América Latina, desde o início da colonização, as iniciativas de inclusão das populações mais pobres, compostas na maioria das vezes por indígenas, negros e seus descendentes, em política sociais, econômicas e culturais mais igualitárias sempre enfrentaram muita resistência por parte das oligarquias de poder organizadas em toda esta parte do continente, quer fosse no sul-sudeste brasileiro, em Buenos Aires, na Argentina, ou mesmo na Cidade do México. Essa situação não cessou com as independências políticas e chegou aos nossos dias numa constante aliança com o capital internacional. Esses grupos mantêm os três eixos fundamentais da colonialidade do poder propostos por Quijano (2005): a exploração econômica, a hierarquização das racionalidades e a inferioridade da mulher.

O dispositivo colonial se estruturou discursivamente e foi capaz de promover um poderoso processo de incomunicação entre as populações subalternizadas e suas memórias ancestrais. Nesse processo lhes coube uma única descendência, a europeia, ou, de forma ainda mais generalista, assumirem-se “filhos de deus”, duas discursividades que impuseram e continuam reforçando as estruturas do patriarcado. O poder pastoral sempre foi administrado pelos homens e em momento algum deixou de estabelecer a superioridade do homem branco e heterossexual.

Ainda hoje, esta superioridade normalizada entre nós, continua, por exemplo, nos trabalhos acadêmicos, chamando as mulheres de sujeito, apesar de a língua portuguesa aceitar sua flexão, mesmo quando são mulheres falando sobre mulheres. Então, como considero necessária a desconstrução das categorias coloniais, trato as mulheres da minha geração, que foram expostas a práticas discursivas semelhantes, assim como as mulheres da geração de Marielle Franco, cuja trajetória analiso, e todas as mulheres que ajudaram a construir este país, como sujeitas do discurso.

Na atualidade, o dispositivo colonial chegou potente às redes sociais da internet, desde as mais explícitas, até as mais subliminares postagens informais ou institucionalizadas. Os discursos de superioridade racial ainda são muito presentes e sem muita dificuldade, uma grande parte da população considera lícito o racismo, o sexismo, a homofobia, o trabalho escravo, ou mesmo tirar a vida de uma liderança política que se oponha a esta posição discursiva. Para Michel Foucault (1999, p.73):

Esse discurso agora vai desaparecer. Não será: "Temos de nos defender contra a sociedade", mas "Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contrarça que estamos, sem querer, constituindo." Nesse momento, a temática racista não vai mais parecer ser o instrumento de luta de um grupo social contra um outro, mas vai servir de estratégia global dos conservadorismos sociais.

Por outro lado, as populações colonizadas também escreveram uma história de resistência e estes processos não conseguiram silenciar definitivamente esta “outra” e este “outro” do europeu e a trajetória de Marielle Franco marca uma emergência histórica deste processo de resistência. Ela entrou na política em 2006, para ajudar na primeira campanha de Marcelo Freixo, que foi seu professor no [cursinho pré-vestibular](#). Após a eleição de Freixo como deputado estadual, ela coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em 2016,

aos 37 anos, foi eleita vereadora pelo PSOL com 46 mil votos, a quinta maior votação do Rio. Em sua primeira disputa eleitoral foi a segunda vereadora [mais votada](#).

Marielle Franco, uma sujeita de seu tempo, como intelectual e ativista esteve atenta às estruturas profundas desse sistema de desigualdade. Sua condição de mulher negra na Favela da Maré lhe permitiu experimentar “os discursos biológico-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social, vão fazer o discurso da luta das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação” (FOUCAULT, 1999, p.73).

Enquanto o mundo todo olhava para as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) como a solução da violência nas favelas cariocas, na condição de pesquisadora, ela mostrou em sua dissertação, como as UPPs faziam parte de uma política pública racializada, que criminalizava e punia apenas o varejo do tráfico, sem de fato propor inclusão social à população das favelas. Segundo sua análise, nos moldes como foram implementadas, as Unidades estavam fadadas ao fracasso (FRANCO, 2014). Suas ações como vereadora se voltaram para visibilizar esta situação e a mostrar com seus projetos de inclusão social um outro caminho possível.

O assassinato de Marielle Franco em março de 2018 representou mais um duro golpe às bases democráticas do país e em grande medida, somado à onda ultraconservadora que chegou ao poder em companhia de Jair Bolsonaro, produziu uma sensação de insegurança e determinou o autoexílio de políticos e pensadores de oposição que viviam ameaçados de morte. A notícia de seu assassinato percorreu o mundo e a pressão popular nas redes sociais forçou as corporações midiáticas brasileiras a flexibilizarem suas posições sexistas para ouvirem sua mulher, Monica Benício. A mulher de uma mulher negra da favela passou a frequentar os telejornais. Nos primeiros dias, apenas a esposa do motorista Anderson Gomes, Ágatha Arnaus Reis, apareceu nos telejornais. Monica Benício gradativamente se tornou uma referência na luta por punição aos culpados do crime.

O objetivo deste artigo, fundamentado nos estudos do discurso foucaultianos e nas discussões decoloniais é analisar como Marielle Franco colocou em circulação uma série de enunciados que desafiavam o dispositivo colonial no Brasil, quer fosse pela luta pela igualdade de gêneros, ou por descortinar o funcionamento de um Estado racista que deixa à margem de qualquer direito as populações das favelas cariocas. Tomei como corpus de

análise sua dissertação de mestrado, defendida em 2014 e uma entrevista que concedeu ao site Subjetiva em 2017.

2 Do dispositivo ao dispositivo colonial

Eu não estou interessado em nenhuma teoria, nem nessas coisas do oriente, nem no algo mais. A minha alucinação é compreender o dia-a-dia e o meu delírio a experiências com coisas reais
Belchior

O distanciamento entre “teoria” e “coisas reais” representa um dos principais desafios para pesquisadores da América Latina e de outras regiões do planeta, onde o sistema colonial europeu instituiu belicamente sua racionalidade. O estranhamento e a resistência por parte das populações locais a estas novas ordens, desde o início, foram duramente reprimidos e silenciados pela historiografia europeia e brasileira. Na cultura científica ocidental, apenas nos anos de 1960, uma geração de intelectuais das nações colonizadas conseguiu começar a construir uma outra história e a olhar as cosmologias locais sem lhes prender à hierarquização das racionalidades estabelecidas pelos europeus, a partir do século XVI.

Podemos entender a experiência cotidiana, a história pluralizada e os saberes locais, por analogia, como as “coisas reais” de que nos fala a canção. Para Marielle Franco, os partidos de esquerda, no Brasil, também precisavam se aproximar dessas “coisas reais”. Militante e ativista em defesa, sobretudo, da população negra da favela, ela procurou mostrar como havia uma espécie de desconhecimento da realidade das populações empobrecidas no meio político e problematizou a generalização do que é ser favelado no Brasil.

Eu fiz campanha paro o público em geral mesmo e defendendo, por exemplo, a mulher negra favelada com tudo que se tem: a mulher negra lésbica e favelada, a mulher negra mãe, a mulher negra solteira. Então, para as minhas amigas da igreja, elas votaram em mim pela confiança, pela relação, mas tem alguns temas, por exemplo, o formato de família mais ampla, das famílias homossexuais e não das famílias heterossexuais, eu tenho certeza de que elas discordam. Então, como elas votaram porque conhecem, tem gente que quando viu, na favela, as minhas pautas, disse “Não vou votar nisso aqui não! Mesmo ela sendo daqui!” (FRANCO, 2017).

A compreensão da multidimensionalidade da história, hoje, nos permite visibilizar novas possibilidades de subjetividades das sujeitas e dos sujeitos subalternizados pela colonização, assim também como as práticas discursivas que os escancham nas teias do arame farpado do dispositivo colonial. Para Michel Foucault (2005), os dispositivos se constituem como uma série de práticas fundamentadas em saberes e poderes que instituem e mantêm, numa luta constante, uma ordem discursiva hegemônica. Os dispositivos se estabelecem a partir da produção de saberes que o normalizam como verdade.

Entendemos o dispositivo como estratégia para sustentar determinadas relações de poder que se estabelecem pela implantação de verdades, mas, por meio de processos de subjetivação, essas relações podem ser fissuradas, fraturadas ou ainda mantidas por novas reelaborações do mesmo jogo. Os dispositivos não são sistemas isolados de poder, muito pelo contrário, muitas vezes eles se complementam (NEVES, 2019 p. 07).

Michel Foucault falou especificamente em dois dispositivos: o da sexualidade em *História da Sexualidade I*, sem fazer grandes elaborações sobre o conceito e o da segurança, a que retornarei mais a seguir, apresentado em suas aulas reunidas no livro *Segurança, Território, População*. Os procedimentos que envolvem estes dois dispositivos estão relacionados à interdição, segregação e mesmo à aniquilação de corpos reais, submetidos a estratégias de governamentalidade, organizados como população. Na diversidade de perspectivas metodológicas propostas por este autor, o conceito de dispositivo faz parte das referências relacionadas à sua fase genealógica, quando ele formaliza seu interesse pela história dos saberes sujeitados e se volta para a biopolítica.

O corpo e o dispositivo são elementos centrais numa análise genealógica: o corpo como objeto, como produto e o dispositivo como modo de operação, de produção de verdades, de realidades, de sentidos, mas também de objetos, de corpos individuais e coletivos, de subjetividades e modos de vida concretos. Os dispositivos são também elementos fundamentais da política contemporânea, justamente pelos efeitos normalizadores, objetivantes e subjetivantes de suas ações, que acabam mobilizando resistências e enfrentamentos (PRADO FILHO, 2017, p.325).

Deleuze (1990) propôs que existem quatro linhas constitutivas do dispositivo formulado por Michel Foucault, mas eu as compreendo como três: força, subjetividade e visibilidade/enunciabilidade que, por serem coincidentes e tratarem da materialidade do dispositivo, podem ser tratadas como uma única força. A linha de subjetivação é o espaço

dentro do dispositivo em que se manifestam as reações impulsionadas pelas outras linhas. Para entender melhor como funciona o dispositivo da segurança, vamos tomar a situação relatada por Marielle Franco (2014, p. 41):

A forma como a polícia militarizada do Brasil trata jovens negros, pobres, como inimigos em potencial do Estado de Direito precisa produzir uma impressão, na população, de que está em jogo a defesa de todos. Ou seja, produz no imaginário social a diferenciação de classe e a diferenciação racial, uma vez que são justificadas as incursões que vitimam o público descrito acima. Nesse âmbito, a compreensão do papel da ideologia, articulada com o conjunto de elementos utópicos apresentados, é instrumento fundamental para melhor se compreender e gerar conhecimentos que possam se contrapor a esse modelo em curso (FRANCO, 2014, p. 41).

Nesse sistema, tanto a população negra da favela, como a outra parte da população com o direito à proteção policial são submetidas a processos de sujeição. Em nome da segurança da sociedade, produz-se uma verdade: apenas uma parte da população tem de fato direito à proteção do Estado, pois a outra é formada por raças inferiores e representam uma ameaça. Para que esta ordem seja mantida, no entanto, todos precisam acreditar nessa verdade. A violência da polícia na favela, os noticiários, as mortes, esta parte material do dispositivo são a linha de visibilidade/enunciabilidade e apresentam a sua linha de força, que quanto mais potente, mais reforça esta verdade construída. Na linha de subjetividade, no entanto, ainda que implique num trabalho de desconstruir as verdades normalizadas nessa sociedade, tanto indivíduos de um grupo como os do outro, dependendo das condições de possibilidades históricas, podem evitar que sua subjetividade se sedimente ou assimile pequenas alterações, ou mesmo se fracture.

A trajetória de vida de Marielle Franco e sua proposta de se contrapor a esse modelo em curso é justamente a possibilidade do novo, na linha de subjetividade do dispositivo colonial. Ela se posiciona como alguém que não aceitou como normal ser sem valor para o Estado. “Há linhas de sedimentação, diz Foucault, mas também há linhas de “fissura”, de “fratura”. Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas” (DELEUZE, 1990).

Desde 2009, tomo o conceito de dispositivo proposto por Michel Foucault para analisar como as formas de governamentalidade impostas pelo sistema colonial europeu iniciado com as grandes navegações do século XVI impuseram uma ordem discursiva na América Latina baseada na religião, no genocídio de povos indígenas e africanos, na

hierarquização das racionalidades, no patriarcado, na exploração econômica e numa guerra de imposição da verdade (NEVES, 2009).

O dispositivo colonial está bastante imbricado com os estudos decoloniais latino-americanos. A definição de colonialidade/modernidade proposta inicialmente pelo antropólogo peruano Aníbal Quijano (2005) nos anos de 1980 e depois ampliada por Walter d. Mignolo (2003) estrutura as discussões que propõe uma outra forma de olhar para a história das populações latino-americanas. Eles se propuseram a entender a colonização como um processo contínuo, a que chamaram de colonialidade e mostraram como ela se constitui com o discurso da modernidade instituído pelos europeus a partir do século XVII. O Outro do europeu, as populações colonizadas, indígenas, africanos e seus descendentes foram marginalizadas como não modernas. Nesta lógica, mesmo depois das independências políticas, os saberes e as formas de vida dessas populações sempre estarão em defasagem e representarão o atraso em relação à modernidade e seu suposto desenvolvimento econômico.

O neoliberalismo, com sua ênfase no mercado e no consumo, não é apenas uma questão econômica, mas uma nova forma de civilização. A atual impossibilidade ou falta de histórias universais não é postulada por uma teoria pós-moderna, mas pelas forças econômicas e sociais a que geralmente nos referimos como globalização e pela emergência de formas de conhecimentos que foram subalternizadas nos últimos quinhentos anos (MIGNOLO, 2003, p. 47).

Atualmente, a imposição de uma única língua, uma única cosmologia, um único império se tonou inviável diante do nível de conexão e globalização em que a maior parte da população mundial está envolvida. Cada vez mais o dispositivo colonial precisa se reposicionar, para continuar a fazer críveis suas verdades.

No Brasil, podemos demarcar quatro momentos decisivos do dispositivo colonial e, a partir deles, numa perspectiva arqueológica, compreender com mais verticalidade o assassinato de Marielle Franco:

a) a chegada de Martin Afonso de Souza em 1532, no Brasil e a fundação de São Luís, em 1614, que marca o início da conquista da Amazônia no século XVII;

b) a primeira metade do século XIX com a proclamação da independência política em 1822 e os novos arranjos comerciais com a Inglaterra;

c) a implantação da República brasileira, os novos fluxos migratórios, a industrialização da região sudeste e os contornos atuais do país.

d) as discussões em torno da Constituição de 1988.

Depois do regime autoritário e truculento da última ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a Constituição de 1988 marca um momento em que as liberdades individuais passam a ser mais respeitadas no Brasil. Na sequência, as lutas dos movimentos sociais resultaram em avanços significativos como a Lei da diversidade étnico-racial/2003, a Lei Maria da Penha/2006, a legalização do casamento homossexual/2011, a Lei de cotas para o Ensino Superior/2012.

O fortalecimento dos movimentos sociais e as cotas nas universidades são dois fatores que vão remexer as estruturas coloniais da sociedade brasileira. A presença dos negros e depois dos povos indígenas nos partidos políticos, assim como de pessoas trans, ainda que timidamente, começou a desalojar alguns redutos de poder instituídos no Estado brasileiro. Num processo muito inicial, os próprios negros e indígenas que chegaram à conclusão de cursos superiores e mesmo à pós-graduação, começaram a se autorizar como enunciadores de sua própria história. Em reação a estes avanços, o afastamento de Dilma Russef/2016 e a Reforma Trabalhista/2017 aprovada por Michel Temer deram os contornos dos rumos recentes do país.

O desapontamento com a economia e novamente o discurso de caça aos corruptos levaram à Presidência, por eleição direta, um candidato sem nenhum compromisso com pautas sociais. A ascensão dos movimentos sociais, nestas primeiras décadas do século XXI aconteceu em vários países do mundo ocidental, assim também como logo veio a reação a eles e pessoas como Donald Trump nos Estados Unidos e muitos políticos empunhando a bandeira conservadora chegaram ao poder.

Na minha opinião, o neofascismo é uma reação, não uma regressão. Aqueles que se levantam contra o gênero e a liberdade e igualdade sexual estão tentando impedir os avanços feitos pelos movimentos sociais para estabelecer a igualdade de gênero e a despatologização (e descriminalização) da sexualidade gay, bissexual ou lésbica ou das vidas das pessoas trans. Somos acusados de desestabilizar seu mundo, mas a desestabilização que eles sentem é induzida pelo sistema econômico que abraçam e pela ascensão do autoritarismo neofascista. Esta última é uma forma de governança que explora e induz a instabilidade entre a população (BUTLER, 2019).

No Brasil, os resultados econômicos negativos do governo de Jair Bolsonaro evidenciam como o neoliberalismo está cada vez mais em desacordo com qualquer projeto de desenvolvimento. O descaso com políticas públicas efetivas e o incentivo à devastação da Amazônia e do Pantanal reanimam com muita força o sistema predatório imposto pela colonização. As próximas eleições vão dizer sobre as verdades que continuam constituindo o discurso hegemônico no Brasil.

3 Lugares de enunciação de Marielle Franco

Marielle Franco se apresentava como mulher, negra, mãe, feminista, lésbica. Seu lugar de enunciação *a priori* foi a Favela da Maré, onde conviveu com todas as dificuldades que são enfrentadas pelas pessoas cujas vidas não têm valor para o Estado. Aos 18 anos engravidou e precisou parar por dois anos seus estudos. Ela fez graduação em Ciências Sociais pela PUC-Rio e se tornou mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2014.

Volto em 2000 pro Pré-Vestibular, faço mais dois anos e em 2002 entro pra PUC-Rio, é nessa época que começo a me entender como ativista, figura pensando o mundo, pensando nesse lugar que não dava pra ser só trabalho-casa-casa-trabalho e de vez em quando vamos à praia. Eu queria mais, precisava de mais, e aí quando falo que “precisava de mais” é nessa época em que as incursões nas favelas crescem, que o lugar do debate, do armamento e o debate da segurança pública vem mais à tona. Em 2006, tem a campanha “Não quero meu dinheiro no caveirão, quero meu dinheiro na educação” por conta do alto investimento em segurança pública e não no direito, por exemplo, do favelado de ir e vir e ter direito à educação (FRANCO, 2017b).

Apesar da desigualdade de oportunidades, ela e outras mulheres negras da favela fizeram parte de uma geração que começou efetivamente a chegar à universidade e a reivindicar novos espaços de representatividade. Não foi e não é um processo pacífico e sem resistência a presença da mulher negra nas universidades e na política, nem tampouco se trata de uma batalha já vencida. Mesmo com a luta por conquistar novos espaços, em 2016, havia apenas 3% de professoras negras na pós-graduação no Brasil. Em 2020, a Câmara dos Deputados Federais aumentou significativamente o número de mulheres deputadas autodeclaradas negras ou pardas, que agora são 13, mas elas representam apenas 2,5% do total de parlamentares.

A subalternização da mulher e a força do patriarcado, que representam um dos eixos centrais do dispositivo colonial, são estruturantes na América Latina, pois quem sai da Europa ou mais contemporaneamente dos centros econômico de seus países em direção às terras colonizadas, na maioria das vezes é o homem. Na colonização brasileira, a participação da mulher europeia é muito limitada, são os corpos das mulheres indígenas e africanas que vão gerar o povo brasileiro. Este processo de exploração ainda se intensificou mais pela posição assumida pelos homens colonizados, pois, como adverte María Lugones (2008), sem muita resistência os homens colonizados pactuaram com os colonizadores uma situação mais confortável e submeteram suas mulheres à exploração mais intensa.

Marielle Franco olhava para estas relações interseccionais (raça, gênero, classe social e religião) que envolvem as mulheres negras, e percebia também como o dispositivo conseguia se reposicionar, para se fortalecer. “Das seis vereadoras hoje na Câmara, tem eu e outra vereadora, a Tânia Bastos do PRB, da base do governo, mulher negra que presidiu também a comissão da mulher, mas que certamente dependendo das pautas, irá discordar” (FRANCO, 2017b).

Em 2016, Marcelo Crivella, bispo de Igreja Universal do Reino de Deus, se elegeu prefeito da cidade do Rio de Janeiro apoiado, sobretudo, pelas igrejas evangélicas e, naturalmente, uma mulher negra de sua base aliada não poderia fugir dos seus protocolos religiosos. A vereadora Tânia Bastos conseguiu um espaço de representatividade, reposicionou o dispositivo, ao mesmo tempo em que o fortaleceu. Mesmo com pautas conservadoras, havia uma mulher negra na base aliada do bispo e ele não poderia ser acusado de ser racista.

Na contemporaneidade, sobretudo nos países ocidentais, o processo de subalternização da mulher ganhou uma dimensão ampliada e se estendeu ao controle exercido sobre a sexualidade da população. Notadamente, nessas primeiras décadas do século XXI, o discurso ultraconservador de proteção às famílias e ao “cidadão de bem” procura afetar os direitos adquiridos de homossexuais e pessoas trans. Como vereadora eleita, Marielle Franco fez questão de montar seu gabinete seguindo as bases de sua campanha. Sua atuação como ativista mostrava com bastante objetividade como conhecia as estruturas do patriarcado e suas interdições aos corpos, suas normas de condutas e seu potencial de violência.

A dissertação de Marielle Franco “UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro” (2014) foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense e orientada pela professora Joana D’Arc Fernandes Ferraz. O trabalho faz uma análise bastante verticalizada da realidade das favelas e das formas de agir da Polícia Militar.

Dividida em quatro capítulos, na primeira parte, a dissertação apresenta a discussão teórica e mostra como o modelo de neoliberalismo implementado no Brasil está associado ao Estado penal, pouco interessado em processos de inclusão das populações das favelas. No segundo capítulo, aparece a pesquisa de campo nas favelas durante a implementação das UPPs e ela visibiliza como este processo não foi acompanhado de políticas públicas voltadas à infraestrutura sanitária, à saúde, à educação, deixando inclusive as populações vulneráveis à especulação imobiliária que chegou junto com as UPPs. No terceiro, faz um mapeamento das ações da Polícia, identifica as práticas de violência relatadas pelos moradores, o número de desaparecidos e enfatiza a inércia do Estado, com dados objetivos de tudo que estava acontecendo. No último capítulo ela apresenta as formas de resistência à violência das UPPs organizadas pelos próprios moradores das favelas, em livros, panfletos, vídeos. O trabalho não só expõe a violência, como também apresenta propostas de como mudar a situação a partir de políticas sociais efetivas envolvidas com educação, saúde, esporte. Marielle Franco incomoda.

No enunciado a seguir, o Estado Penal associado ao neoliberalismo é de fato um Estado Racista, que deixa do lado de fora a população negra, maioria nas favelas, e não lhe garante qualquer direito social.

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), enquanto política de segurança pública adotada no estado do Rio de Janeiro reforçam o modelo de Estado Penal, absolutamente integrado ao projeto neoliberal. Ainda que tragam diferenças, centradas na substituição das conhecidas incursões policiais por um modelo de controle e ocupação de território por armas oficiais, esse fato não significa necessariamente uma alteração profunda da política em curso (FRANCO, 2014, p. 11).

No decorrer de suas análises, ainda que não use a teoria do discurso, ela vai tecendo a rede de memória que compõe o dispositivo colonial e mostra como ele está atravessado com as linhas do dispositivo de segurança.

A pobreza, portanto, exige um Estado com capacidade de apresentar programas sociais com uma das mãos e a polícia, com o aparato penal, com a outra. Isolar, na periferia, nas formas repressivas e nas prisões o conjunto de pobres, com um modelo que apresente sentido de modernidade, é um papel fundamental para cumprir os desafios do neoliberalismo. É nesse sentido que a chamada reforma gerencial, iniciada na década de 1990 no Brasil, ganha tanta importância para a compreensão desse contexto (FRANCO, 2014, p. 36).

A própria denominação destas unidades, pacificadoras, retomam as práticas coloniais de pacificação dos povos indígenas no Brasil. Paz pacificada não está relacionada à integração dos moradores das favelas, ao contrário, reforça o discurso de que eles, assim como os indígenas, são uma ameaça para a sociedade. Em suas falas, as políticas sociais são a única garantia de diminuição da violência. E neste sentido, as UPPs não dariam certo, como de fato não deram. No vocabulário do Estado Penal e do neoliberalismo, direitos humanos não figuram e pouco importam as vidas sem valor, seus corpos podem ser aniquilados sem nenhuma perda para o mercado.

Ou seja, a continuidade de uma lógica racista de ocupação dos presídios por negros e pobres, adicionada do elemento de descartar uma parte da população ao direito da cidade, continua marcando a segurança pública com o advento das UPPs. Elementos esses que são centrais para a relação entre Estado Penal e a política de segurança em curso no Rio de Janeiro (FRANCO, 2014, p. 126).

A visibilidade nacional e internacional de quem foi Marielle Franco e das causas que defendia são sem precedente na história do Brasil. A repercussão desse crime provocou um desdobramento inesperado: grande parte das mulheres negras em todo o país desconhecia a existência de uma mulher negra, homossexual, que chegou a ser vereadora do Rio de Janeiro e algumas delas começaram a acreditar ser possível uma história diferente. Dentro do próprio dispositivo se cria a contradição que permite uma nova reação, uma nova resistência.

4 Um réquiem para Marielle: considerações finais

O dispositivo colonial sempre esteve imbricado com as mais diferentes mídias (das cartas dos viajantes às redes sociais de nossos dias), com os sistemas judiciários (nunca houve condenação ou mesmo retratação em relação às mortes dos indígenas e dos africanos e de seus descendentes), com o dispositivo escolar (a história ensinada em nossas salas de

aula), em nossas conversas cotidianas, quando ouvimos que não existem mais índios de verdade e tantos outros enunciados pejorativos e hierarquizantes que se naturalizaram sobre os povos africanos, indígenas e seus descendentes. Como um dispositivo, no sentido foucaultiano, ele também age no corpo e se reforça, se refrata ou mesmo se fratura na linha de subjetivação. Quantas vezes já não ouvimos pessoas negras afirmarem que são brancas e que negro é o outro, mas agora, parte dessas pessoas, depois de tantas contestações dos movimentos negros, começa a rever até mesmo a cor de sua pele.

As experiências bastante heterogêneas de sujeitas e sujeitos que vivem na América Latina podem ser bem diferentes do discurso externo que fala sobre a região sem a experiência local. Mas ninguém está fora das teias do discurso e mesmo as populações subalternizadas pelo dispositivo colonial podem tomar a negação da pluralidade cultural como uma verdade inquestionável. Da mesma forma, resistir a esta ordem de saber e poder é agitar o dispositivo e apesar dos silenciamentos impostos pela história contada pelo colonizador, em línguas europeias, assim como Marielle Franco, muitas sujeitas e muitos sujeitos continuam forçando o dispositivo a se dobrar, a se flexibilizar.

Como afirmou Sônia Guajajara, uma das principais lideranças indígenas do país, depois do assassinato de Marielle Franco, apesar das diferenças, nós estamos todas no mesmo lugar de subalternização.

O tiro que acertou a Marielle tinha um alvo, que era ela mesma, por ser essa liderança que ela era e pelo que ela representava. Com isso, eles quiseram dar um recado pra todas nós que lutamos por justiça, pra todas nós que estamos no combate à desigualdade social, pra todas nós que lutamos contra a violência (GUAJAJARA, 2018).

Em uma das dimensões da história do presente, ainda existe um Estado de Exceção, vinculado à hierarquização racial, ao controle da sexualidade e à exploração econômica que continua agindo sobre as populações subalternizadas e as expõem a uma forma de poder que decide sobre a vida e sobre a morte das sujeitas e dos sujeitos, quer seja na favela da Maré, no Rio de Janeiro, na Terra Indígena Arariboia no Maranhão, ou mesmo na periferia das cidades europeias ou estadunidenses, onde refugiados políticos de várias partes do mundo insistem em resistir.

Referências

- BELCHIOR, Antônio. **Alucinação**, Álbum Alucinação, Polygram, 1976.
- BUTLER, Judith. **O neofascismo é uma reação, não uma regressão**. Entrevista concedida a Juan Manuel P. Domínguez. Mídia Ninja, em 13/07/2019, 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/juanmanueldominguez/judith-butler-o-neofascismo-e-uma-reacao-nao-uma-regressao/>. Acessado em 22/08/2020.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega/Passagens, 1996.
- FRANCO, Marielle. **Marielle Franco- 5 Minutinhos de Alegria**. Entrevista concedida a Fernando Barcelos no para o Canal de YouTube 5 minutinhos de Alegria. 2017a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gf07wv6jZdw>. Acessado em 17/08/2021.
- FRANCO, Marielle. **Marielle Franco: mulher, negra, periférica e Vereadora do RJ — Mulheres na Política #1**. Entrevista concedida a Marcella Meirelles, Helena de Saviano, Mayra Chomski e Lucas Machado. Revista Subjetiva, em maio de 2017b. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/entrevistamos-marielle-franco-mulher-negra-perif%C3%A9rica-e-vereadora-do-rj-mulheres-na-pol%C3%ADtica-7839b7fbfe06>. Acessado em 17/08/2021.
- FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Terra e Paz, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Sobre a História da Sexualidade**. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 243-276.
- JORNAL NACIONAL. **Multidão emocionada se despede de Marielle Franco na Câmara**, 4 minutos, exibida em 15 de março de 2018. <https://globoplay.globo.com/v/6582914/>.
- LUGONES, María. **Colonialidad y Genero: hacia un feminismo descolonial**. *In*: MIGNOLO, Walter. **Genero y Descolonidad**. Buenos Aires. Del Signo, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, J. **A Comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Ivânia. **A Invenção do Índio e as Narrativas Oraís Tupi**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

NEVES, Ivânia. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **Revista Moara**, n. 43, p. 26-44, mar. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634/2776>. Acesso em: 29 mai. 2021.

NEVES, Ivânia. Fraturas contemporâneas de histórias indígenas em Belém: sobre mármores e grafites. **Revista Maracanan**, v. 02, p. 544-566, 2020.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acessado em 15/02/2010.

Recebido em: 14 de abril de 2022

Aceito em: 20 de julho de 2022

Publicado em agosto de 2022